

POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGENDA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

JAÍNE MOTTA SANTANA ABRAHAN¹; MÁRCIO BARCELOS²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – jainemottasantana@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – barcelosmarcio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza um mapeamento dos principais temas e questões que são discutidos no Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). O objetivo é analisar o processo de construção de questões e temas de política pública na área de direitos da mulher, considerando-se o CNDM como um espaço de participação da sociedade civil onde temas, questões e problemas podem emergir e eventualmente chegar à agenda governamental.

A análise de processos de formulação de agendas e de construção de questões de política pública constitui a primeira etapa do chamado “ciclo das políticas públicas” (CAPELLA, 2013). A autora citada retoma a análise de John Kingdon (2011) sobre formação de agendas destacando os processos de 1) estabelecimento agenda, 2) especificação das alternativas a partir das quais as escolhas serão realizadas, 3) a alternativa que será escolhida e, finalmente, 4) a implementação da decisão. É importante destacar que de acordo com a perspectiva teórica desenvolvida por Kingdon, A Teoria dos Fluxos Múltiplos, esses processos são complexos e envolvem a participação de uma multiplicidade de atores que buscam influenciar na tomada de decisões.

Nessa perspectiva, ressalta-se a questão da agenda governamental, que conforme BARCELOS (2015) trata-se de um processo, através do qual mediante disputas, conflitos e buscas por consensos de diferentes atores, se procura alcançar uma posição de destaque por suas demandas, na forma de questões de políticas públicas.

Certamente que nem todas as questões e temas que emergem em espaços de participação acabam por se constituir em políticas públicas. Entretanto, a análise das discussões que ocorrem em um fórum como o CNDM pode evidenciar quais as pautas predominantes na área setorial específica relacionada às políticas públicas para mulheres no Brasil.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como abordagem uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória que conforme GIL (2007) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses que possam vir ajudar no subsídio de trabalhos futuros.

Trata-se assim, de uma pesquisa exploratória envolvendo levantamento bibliográfico, tendo como instrumento de pesquisa as atas disponíveis no site do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de março de 2015 a março de 2016.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

De 1985 a 2010, o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, ele passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a contar, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo. O que ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

O CNDM tem como uma de suas importantes atribuições apoiar a SPM em suas articulações com diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil.

As reuniões realizadas pelo CNDM costumam ocorrer trimestralmente, sendo possível de serem realizadas, sempre que necessário, de forma extraordinária.

De forma sintética se pode apontar que os temas que receberam maior destaque nas reuniões analisadas foram: a discussão sobre a construção do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, a estruturação da 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, o debate em torno do processo de possível implantação do conceito de gênero nas escolas, e análise da conjuntura política.

Na reunião realizada em março de 2015 destacou-se o tema da mulher e a previdência social, apresentado pelo Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Previdência Social, pontuando o fato da expectativa de vida das mulheres ser superior à dos homens, embora haja estudos dizendo que a expectativa de vida saudável das mulheres é igual aos homens, ou seja, afirmou que mulheres vivem mais, mas com a saúde comprometida. Sobre a temática diálogos sociais, foi feita referência às regras das Medidas Provisórias nº 664 e 665/2014, do Ministério da Previdência Social que em suma, estipulam uma série de alterações nas regras do seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. A partir dessa análise, foi criticado pelas representantes da sociedade civil a forma que se deu a consulta e o debate sobre o conteúdo, visto que muitos movimentos sociais são contrários a elas. Assim, a Ministra Eleonora Menicucci, enfatizou a necessidade de se discutir os mecanismos de ajuste para a manutenção das alterações, de sorte que se assegure os direitos já conquistados, uma vez que não haja supressão dos mesmos.

No encontro de junho de 2015, foi destacado pela Ministra Eleonora a importância da presença do Conselho no processo de construção do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019, ressaltando que essa é a primeira vez que esse debate

do Dialoga Brasil é feito com mulheres. Ainda ficou pautado a ida das Presidentas das Câmaras Técnicas de Monitoramento e de Planejamento e Orçamento ao Ministério da Educação na SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) para conversar sobre o PNPM (Plano Nacional de Políticas para Mulheres) e demais ações. A ideia da Câmara Técnica é uma maior interlocução com os órgãos responsáveis pelo PNPM, e a importância da participação e representação do CNDM no Fórum Interconselhos.

Nos dias dezoito e dezenove de agosto teve destaque a fala de Cláudia Dutra, representante do MEC, que afirmou a importância do conceito de gênero e educação sexual, para a elaboração e implementação de políticas públicas nas diversas áreas, dentre elas a educação. Observa-se nesse ponto, a problemática da disputa de espaço para debater este assunto frente ao avanço conservador, visto que muitos gestores municipais já estavam conseguindo driblar essa questão nas votações das câmaras municipais.

No último encontro realizado no ano de 2015, teve destaque a discussão entorno da construção da 4ª CNPM (Conferência Nacional de Políticas para Mulheres), que conforme a fala de Josanira Luz, representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, tem o papel de fortalecer o papel do Conselho como órgão de controle, ressaltando, o desafio de sensibilizar os gestores públicos para as questões de gênero, da juventude e da igualdade racial na implementação das políticas públicas.

Já no primeiro encontro realizado em 2016, foram destaque as falas emocionadas das representantes da sociedade civil e da presidenta Eleonora em passagem dos 30 anos de existência do Conselho, recuperando a construção histórica do mesmo, que segundo elas, serve como uma forma de resistência e ânimo para seguir adiante. Sendo destacada a instabilidade política, que reforça a necessidade do Conselho continuar trabalhando fortemente para que suas pautas sejam ouvidas e atendidas.

Cabe destacar, que muitos dos temas das reuniões que foram analisados precisaram ser suprimidos, afim de que se atingisse os moldes do congresso, do mesmo modo que se destacasse os temas que levaram maior relevância nas atas avaliadas.

4. CONCLUSÕES

Ao analisar os temas presentes nas atas de reuniões do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi possível se ter uma aproximação da complexidade que são as discussões dos temas referentes a políticas públicas voltadas aos direitos da mulher, e como o processo de possível implementação destes temas nas agendas governamentais pode ser longo e nebuloso, visto que para a implementação de determinada política pública é necessário que se desperte a atenção e o interesse dos formuladores de políticas. Ainda se ressalta dentro da análise, quem foram as principais proponentes do conteúdo das reuniões, pois embora o regimento do Conselho apresente vinte e uma representantes da

sociedade civil em face de dezesseis representantes governamentais, se percebe no recorte temporal analisado, que a maioria das temáticas propostas são de iniciativa do ministério.

Além disso, destaca-se a atual conjuntura política, que frente aos constantes ataques aos direitos sociais, faz-se necessário refletir a postura do Conselho que precisa estar cada vez mais articulado para que não haja retrocesso nas políticas voltadas para mulheres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLA, N. C. Ana. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: **29º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 1., Caxambu, 2005. Política Pública...Caxambu: GT19 - Políticas Públicas, 2005. V.1. p. 25.

BARCELOS, Márcio. **Ideias, Agendas e Políticas Públicas: Um Estudo Sobre a Área de Biocombustíveis no Brasil**. 2015. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **CNDM**. SPM, Brasília, 23 mai. 2016. Acessado em 27 mai. 2016. Online. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>

SPM. **Atas das reuniões**. Brasília, 23 mai. 2016 Acessado em 27 mai. 2016. Online Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/atas-das-reunioes>

KINGDON, John. (2003), **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York, Harper Collins.